

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, ., Centro - CEP 13560-648, Fone: (16) 3374-1255,
São Carlos-SP - E-mail: saocarlos1cr@tjsp.jus.br**DECISÃO**

Processo nº: **0002365-22.2016.8.26.0566**
Classe - Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Abandono Material**
Autor: **Justiça Pública**
Averiguado: **APARECIDO FIRMINO**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Antonio Benedito Morello****VISTOS**

APARECIDO FIRMINO foi denunciado como incurso nas penas do artigo 244, "caput", do Código Penal, porque, "ao menos desde o dia 05 de maio de 2008, vem deixando, sem justa causa, de prover a subsistência de seu filho Gabriel Diego da Silva Firmino, à época menor de 18 anos, portador de esquizofrenia paranoide e crises convulsivas (fls. 149) e inapto para o trabalho em razão da doença, faltando ao pagamento de pensão alimentícia judicialmente acordada, consoante se vê as fls., 05/10, 18, 35/36, 103, 146/148, 157 e 160 destes autos" (denúncia de fls. 1)

A pena prevista para esse delito é de detenção de um a quatro anos.

Dispõe o artigo 109, do Código Penal, que a prescrição, antes de transitar em julgado a sentença final, regula-se pelo máximo da pena abstratamente cominada ao crime e tem seu início "no dia em que o crime se consumou" (artigo 111, I, do CP).

Como a pena máxima prevista para o delito pelo qual o réu foi denunciado é de quatro anos, o prazo prescricional previsto é de oito anos (art. 109, inciso IV, do Código Penal).

Segundo a denúncia o descumprimento da obrigação alimentar do réu se refere a um acordo sobre alimentos atrasados feito em ação civil e devidamente homologado, que data de 5 de maio de 2008, cujo pagamento deveria se iniciar no dia 09/05/2008 e se findar em janeiro de 2009 (fls. 40).

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, ., Centro - CEP 13560-648, Fone: (16) 3374-1255,
São Carlos-SP - E-mail: saocarlos1cr@tjsp.jus.br

Portanto, mesmo que referido acordo não tenha sido cumprido até a presente data, se refere a fato acontecido há mais de oito anos, já atingido pela prescrição da pretensão punitiva estatal, o que impossibilita a persecução criminal por falta de interesse de agir.

Para o inadimplemento verificado já houve a decretação de prisão civil do réu no juízo competente (fls. 117 e 189).

A prescrição penal, por ser matéria de ordem pública, deve ser conhecida e declarada em qualquer fase do processo, inclusive de ofício.

Assim, em face da prescrição da pretensão punitiva, em relação ao fato posto na inicial acusatória, **rejeito a denúncia** com fulcro no artigo 395, II, do Código de Processo Penal, **declarando extinta a punibilidade do réu pelo fato constante da denúncia**, nos termos dos artigos do artigo 107, IV e 109, IV, do Código Penal.

Feitas as comunicações, arquivem-se os autos.

Intimem-se.

São Carlos, 11 de abril de 2017.

ANTONIO BENEDITO MORELLO
JUIZ DE DIREITO